

São Paulo

GAZETA MERCANTIL

reduz dívida

1.º DEZ 1983

Pública

por Pedro Cafardo
de São Paulo

Pela primeira vez, desde que foram criadas as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Paulista (ORTP), em 1974, o estado foi obrigado a reduzir o seu endividamento líquido expresso nesses títulos da dívida pública. O Tesouro estadual resgatou ontem as últimas ORTP com vencimento neste ano, um lote de 7,3 milhões de títulos, operação que custou aos cofres estaduais Cr\$ 52,6 bilhões, incluindo o principal e os juros.

Após esse resgate, o estado encerra o ano com um estoque de 117,7 milhões de ORTP colocadas no mercado, que representam, em valores atuais, um endividamento de Cr\$ 825 bilhões. Se a Secretaria do Planejamento da Presidência da República tivesse autorizado a rolagem de toda a dívida vencida no ano — ela só autorizou 70% —, o estoque de ORTP seria hoje de 126,7 milhões de títulos, correspondentes a Cr\$ 888 bilhões. Ou seja, em termos líquidos, a administração da dívida em Obrigações do Tesouro custou ao estado algo em torno de Cr\$ 63 bilhões, exclusive juros, valor equiparado a quase metade da arrecadação mensal de Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Em termos reais, portanto, a dívida pública interna do estado caiu 7% em 1983.

O estado continuará, porém, pleiteando junto à Seplan autorização para emitir 9 milhões de títulos no-

vos, volume de papéis que foi obrigado a resgatar durante este ano por determinação da Seplan, disse a este jornal o diretor da Distribuidora de Valores do Estado de São Paulo (Divesp), Andrea Callabi.

Até agora, apenas o Estado de Santa Catarina foi autorizado a rolar 100% da dívida vencida; uma tolerância explicada pela necessidade de recursos para obras de reconstrução após as inundações. Os demais estados continuam sujeitos à rigorosa contenção determinada pela Seplan, como parte do acerto para a redução do déficit público feito com o FMI.

Em São Paulo, o pagamento a vista dos títulos vencidos ontem somente foi possível em função da redução dos prazos de recolhimento do ICM, que proporcionou uma antecipação de receita de quase Cr\$ 120 bilhões de 1984 para o atual exercício.

O economista Antônio Carlos Porto Gonçalves, professor da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, defendeu ontem a idéia de que a moratória interna (postergação dos vencimentos dos títulos públicos) poderia ser feita "moderadamente", através de expurgos da correção cambial dos títulos. Ele participou de debate na Andima, no Rio, e sua proposta foi refutada pelo presidente da entidade, Carlos Brandão, para quem essa política levaria ao total descrédito a dívida pública.

(Ver página 15)